

CONCLUSÃO

Para se planejar a oferta de educação profissional no Estado do Paraná devem-se ponderar cuidadosamente as características socioeconômicas das diferentes regiões do Estado, bastante diversas umas das outras.

A atividade econômica mais importante do Estado é a agroindústria, estimulada pela atividade agrícola, relativamente desenvolvida e bastante diversificada, e pela pecuária, que apresenta elevado grau de modernização tecnológica e está presente em praticamente todo o Estado, excetuada a Região Metropolitana de Curitiba.

Foi durante a década de 70 e no início dos anos 80 que a principal atividade econômica do estado, a agroindústria, deu um salto qualitativo, o que permitiu alcançar a posição que a caracteriza atualmente. Remontam àquela época a modernização e a diversificação da agropecuária paranaense na direção do fornecimento de novos insumos à agroindústria que a permitiu produzir carnes processadas, rações balanceadas e extrair e refinar óleos vegetais, além de continuar a processar insumos tradicionais, como é o caso do beneficiamento de cereais e da torrefação de café.

Além da agroindústria, destaca-se, como atividade ligada ao complexo agropecuário, a prestação de serviços especializados, que decorre diretamente da relativa modernização desta atividade.

Com relação à distribuição das atividades econômicas pelo espaço geográfico do estado, constata-se que apenas a Região Metropolitana de Curitiba destaca-se como produtora de bens intermediários e de capital e de consumo duráveis, sendo que o restante da atividade industrial (bens de consumo não-duráveis, sobretudo alimentação e bebidas, vestuário e móveis) está disperso através do estado. Com relação ao setor serviços, embora concentrado na Região Metropolitana de Curitiba, ele é bastante diversificado e está presente em praticamente todo o Estado.

A diversificação da atividade econômica na indústria e nos serviços, bem como o caráter relativamente homogêneo de sua distribuição, permitem que se pensem os equipamentos de educação profissional como bastante semelhantes, uma vez que a maior parte das regiões do estado não se

caracteriza por uma notória especialização em determinada atividade econômica. Ressaltem-se, além do caráter particular da atividade industrial da Região Metropolitana de Curitiba, o caráter peculiar da atividade agropecuária, moderna e diversificada, majoritariamente comprometida com o fornecimento de insumos para a agroindústria, rigorosa em seus padrões de exigências.

A análise do perfil populacional do Estado do Paraná mostra que sua dinâmica atual é caracterizada por uma relativa estabilidade nos fluxos migratórios, contrariamente ao que ocorreu nas décadas de 70 e 80, quando esse saldo era negativo, pois uma parcela da população do estado migrou para outras regiões do país, sobretudo para a região Centro-Oeste.

A taxa de crescimento populacional do estado é hoje inferior à média nacional, embora o da Região Metropolitana de Curitiba seja dos mais elevados do país; o crescimento da população das Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá também é superior à média estadual.

Assim, o planejamento da oferta de educação profissional no Estado do Paraná deve ter como parâmetros importantes a orientá-lo a necessidade de se atender uma população que se localiza majoritariamente nos núcleos urbanos e que cresce atualmente a taxas anuais relativamente baixas. Deve-se considerar também que a Região Metropolitana de Curitiba caracteriza-se como o mais importante pólo industrial, concentrando as atividades de produção de bens intermediários e de capital e de consumo duráveis.

Ao se pesquisarem as empresas industriais e de serviços foi possível avaliar a importância, na perspectiva dos empregadores, de uma série de quesitos que interessam diretamente a todos aqueles que planejam e oferecem educação profissional.

Constatou-se através dos resultados da Paer, que a maior parte dos trabalhadores (84% dos industriários e 75% dos trabalhadores do setor serviços) das unidades locais pesquisadas são vinculados à atividade principal (à produção no caso da indústria).

Isto significa que parcela relativamente elevada dos trabalhadores (16% dos contratados pelas indústrias e 25% dos engajados nos serviços) presta as mais diferentes formas de apoio à atividade principal das unidades pesquisadas,

dentre as quais destaca-se o apoio administrativo. Assim, é relevante que as instituições de educação profissional, ao definirem as áreas para as quais vão planejar e desenvolver cursos, incluam a de gestão, uma vez que os egressos de tais cursos poderão vir a se engajar profissionalmente na prestação de apoio administrativo às empresas de qualquer um dos três setores da economia estudados.

Na área de recursos humanos foram elaborados vários indicadores importantes para o planejamento e para a oferta de educação profissional. Um deles, o que diz respeito ao nível de escolaridade exigido pelas empresas para a contratação de seus funcionários, é essencial para se desenharem os currículos de educação profissional, uma vez que a proposta de educação profissional a ser formulada assentar-se-á sobre as competências desenvolvidas na educação básica, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio.

O que se constata, tanto para a atividade industrial, quanto para a de serviços, é que os níveis de escolaridade exigidos dos candidatos a emprego são tanto mais elevados, quanto mais qualificada for a categoria ocupacional.

Ao se examinarem os níveis de escolaridade requisitados para contratação, dividindo-se os postos de trabalho entre os ligados à atividade principal (ligados à produção na indústria) e os administrativos, constata-se que as exigências para os candidatos às vagas na área administrativa, na categoria de qualificação básica, são sensivelmente superiores às exigidas dos candidatos ligados à atividade principal, nas categorias de qualificação ocupacional de semiqualeificados e qualificados.

Tal fenômeno explica-se pela percepção que o próprio mercado de trabalho tem de que as competências profissionais das atividades de apoio administrativo estão estreitamente relacionadas aos objetivos da educação básica, particularmente do ensino médio. Reiterando-se o que foi dito anteriormente sobre a importante participação dos trabalhadores não-ligados à atividade principal no total do pessoal ocupado, sugere-se que, ao se programarem as ações de educação profissional para qualificar os trabalhadores que prestarão apoio administrativo, ponderem-se criteriosamente

os pré-requisitos de escolaridade definidos para os programas a serem ofertados.

Outra variável investigada pela Paer diz respeito às exigências feitas pelos empregadores com relação a cursos profissionalizantes, no momento da contratação de novos funcionários. Aqui, diferentemente do que ocorreu com relação à escolaridade, as exigências por cursos profissionalizantes variam conforme a categoria de qualificação profissional, tanto para a indústria, quanto para os serviços.

Para qualquer um dos dois setores examinados, dentre os trabalhadores semiquualificados e qualificados ligados à atividade principal, são privilegiados os cursos de nível básico; dentre os técnicos de nível médio são preferidas as habilitações técnicas de nível médio, o que é absolutamente coerente; dentre os profissionais de nível superior, há uma maciça preferência pelos cursos de curta duração (cursos livres).

Dentre os trabalhadores de nível básico não-ligados à atividade principal, preferem-se, para todas as categorias de qualificação profissional (básico, que corresponde ao trabalhador semiquualificado e qualificado ligado à atividade principal, técnico de nível médio e nível superior), os cursos de curta duração (cursos livres).

A opção pelos cursos de curta duração (cursos livres), no caso do pessoal não-ligado à atividade principal, pode indicar que as instituições de educação profissional não oferecem, na modalidade nível básico, ensino profissionalizante com essas características, portanto, em sintonia com as expectativas dos empregadores em relação a esses cursos, que não precisam ser necessariamente ofertados por estabelecimentos de ensino reconhecidos e autorizados a funcionar na forma da lei.

Este pode ser um indicador precioso para que as instituições de educação profissional pensem em diversificar sua oferta de ensino profissionalizante, não apenas no que diz respeito a seus títulos, como também no que concerne às suas modalidades, e incorporem aos cursos de educação profissional de nível básico que podem vir a oferecer, sem quaisquer tipos de restrições

impostas pelos órgãos normativos, elementos encontrados em alguns cursos profissionalizantes livres, ministrados por instituições idôneas.

A Paer investigou ainda a importância, na perspectiva dos empregadores, da participação de algumas rotinas de trabalho executadas pela maior parte dos empregados das várias categorias de qualificação ocupacional, tanto às ligadas à atividade principal, quanto às relacionadas ao apoio administrativo, quer na indústria, quer em serviços; em seguida, pediu que os empregadores posicionassem-se com relação às mesmas atividades, agora entendidas como carências e que, na sua avaliação, comprometem o desempenho profissional da maior parte de seus empregados.

O uso de microcomputadores, como se supunha, revelou-se uma rotina bastante disseminada nos dois setores econômicos examinados, sobretudo dentre as categorias de qualificação ocupacional mais elevadas, mas não apenas nelas; é interessante notar que a participação desta rotina é maior dentre os trabalhadores não-ligados à atividade principal do que dentre os diretamente relacionados à atividade principal. Seu uso foi considerado também como uma rotina importante dentre a maior parte dos técnicos de nível médio e tem alguma expressividade dentre os trabalhadores qualificados.

Este dado aponta para a necessidade de se incluir a informática como componente curricular de todas as modalidades de educação profissional e não apenas nos cursos de habilitação profissional; é preciso também incluí-la nos cursos de qualificação profissional e até nos cursos de educação profissional de nível básico. Deve-se ainda dar especial importância à participação deste componente nos currículos de educação profissional voltados à formação dos trabalhadores que oferecem suporte administrativo à atividade principal, pois foi justamente dentre eles que esta rotina revelou-se mais importante.

É interessante assinalar que, enquanto carência, a pesquisa evidenciou que a falta de conhecimento de informática afeta em maior número as categorias mais qualificadas, tanto na indústria, quanto em serviços. Este dado pode indicar, simultaneamente, que tanto as expectativas dos empregadores com relação à desenvoltura que esperam de seus empregados mais qualificados no

uso de microcomputadores são maiores, quanto que estas expectativas ainda não são adequadamente atendidas. Tal evidência sugere várias possibilidades de intervenção: cabe introduzir o ensino de informática quando ele ainda não for oferecido, melhorá-lo, se ele já for ministrado, e investir na oferta de programas de treinamento de informática desenhados sob medida para os trabalhadores já engajados no mercado de trabalho, o que pode constituir-se numa oportunidade privilegiada para que as instituições de educação profissional possam estreitar laços com o setor produtivo e ao mesmo tempo ter, dentre seus alunos, parte dos quadros técnicos e administrativos das empresas.

A rotina que envolve o uso de língua estrangeira revelou-se pouco importante, tendo alguma expressão na categoria de qualificação ocupacional que contém os profissionais de nível superior, sendo praticamente irrelevante nas demais categorias, em qualquer um dos dois setores da economia examinados; note-se que para o pessoal ocupado de nível superior ela é ligeiramente maior dentre o pessoal não-ligado à atividade principal.

A análise da carência que lhe corresponde, a falta de noções básicas de língua estrangeira, confirma o que foi dito anteriormente à medida que efetivamente os empregadores a têm como pouco importante, embora sua incidência seja maior nas categorias de qualificação ocupacional mais elevadas.

Os dados relativos às rotinas que envolvem conhecimento técnico atualizado, quando cotejados com os dados que dizem respeito às carências que se referem à falta de conhecimentos específicos da ocupação, apontam para indicadores importantes, tanto para a indústria, quanto para a prestação de serviços, e tanto para o pessoal ligado à atividade principal, quanto para o pessoal não-ligado à atividade principal.

Se parece natural que as rotinas que envolvem conhecimentos técnicos atualizados sejam tanto mais importantes quanto maior for a categoria de qualificação ocupacional examinada, o exame de sua contrapartida em termos de carência, ou seja, a falta de conhecimento específico da ocupação, evidencia um grande descompasso entre as expectativas que os

empregadores têm da força de trabalho e as reais condições que estes mesmos trabalhadores têm de atender a tais expectativas, em todas as categorias de qualificação ocupacional, inclusive nas mais elevadas, embora com menor intensidade.

Tal desajustamento indica que, no caso dos trabalhadores que passaram por algum tipo de qualificação profissional, pelo menos parte das ações de educação profissional oferecidas não atendeu integralmente às necessidades dos empregadores, o que merece consideração por parte das instituições de ensino profissionalizante, que devem procurar adequar sua oferta programática às expectativas do setor produtivo.

O emprego de técnicas de qualidade, percebidas no Paraná como rotinas de trabalho bastante disseminadas e que são tanto mais freqüentes, quanto mais elevada a categoria de qualificação ocupacional, excetuados os profissionais de nível superior não-ligados à atividade principal, encontra-se distribuído pelas várias categorias de qualificação ocupacional ligadas à atividade principal e ao apoio administrativo da indústria e dos serviços.

O exame desta variável mostra a necessidade de se superar, ainda no plano da capacitação profissional, uma carência de caráter mais amplo e que diz respeito à dificuldade de se desenvolverem novas habilidades e funções, o que prejudica sobretudo os trabalhadores ligados à atividade principal.

Além de procurar integrar este objetivo à sua proposta pedagógica, as instituições de educação profissional devem cuidar da questão concreta que envolve a incorporação de novos valores e práticas das forças produtivas aos seus programas, como é o caso da qualidade. Trata-se, assim, de dar à qualidade o tratamento de componente curricular essencial, de forma a assegurar sua presença no perfil profissional dos egressos de todos os cursos oferecidos. É importante ressaltar que, embora o conceito de qualidade tenha sido gestado na cultura do ambiente industrial, ele vem cada vez mais impregnando outros setores econômicos, como é o caso dos serviços; assim se justifica sua introdução em todos os programas de educação profissional, quaisquer que sejam as áreas profissionais e as modalidades contempladas.

No grupo de rotinas cuja freqüência é bastante expressiva nos dois setores da economia estudados, tanto dentre os trabalhadores ligados à atividade principal, quanto dentre os não-ligados à atividade principal, sendo sua presença tanto maior quanto mais elevada for a categoria de qualificação ocupacional examinada, e que se contrapõe a carências que deveriam ser supostamente desenvolvidas pela educação básica, tanto no ensino fundamental, como no ensino médio, destacam-se aquelas que envolvem a redação básica e o uso de matemática básica e às quais correspondem, respectivamente, as carências relacionadas à falta de capacidade de comunicação por escrito e à falta de conhecimento de matemática básica.

A importância atribuída a estas duas rotinas, quando relacionadas à incidência relativamente elevada de suas carências correspondentes, sobretudo nas categorias de qualificação ocupacional mais baixas, aponta para deficiências na educação básica, sobretudo no ensino fundamental, que comprometem o desempenho dos trabalhadores, prejudicando inclusive sua capacidade de desenvolver novas habilidades e funções. Tais carências poderiam ser eventualmente sanadas com programas instrumentais, focados na solução dos problemas profissionais mais freqüentes.

Há ainda um outro grupo de três rotinas de trabalho (expressão e comunicação verbais, contato com clientes e trabalho em equipe) que, embora estejam presentes em todas as categorias de qualificação ocupacional, da indústria e de serviços, tanto dentre os trabalhadores ligados à atividade principal, quanto dentre os não-ligados à atividade principal, incidem sobremaneira nas categorias mais elevadas e caracterizam um conjunto de competências atitudinais imprescindíveis ao bom desempenho profissional que se espera dos trabalhadores nos dias de hoje.

Este grupo de rotinas foi cotejado a outro de três carências que lhes correspondem (dificuldade de expressão e comunicação verbais, falta de habilidade para lidar com clientes e dificuldade de trabalho em equipe) cuja importância foi também avaliada. A incidência da rotina que envolve contato com os clientes e sua correspondente carência - a falta de habilidade para lidar com clientes - quando examinada para o setor serviços, no caso específico do

peçoal ligado à atividade principal, revela-se mais expressiva do que quando se examinam seus resultados correspondentes para o setor industrial.

Tal ocorrência é natural uma vez que uma das características do setor serviços é justamente o de colocar face a face o profissional prestador de serviços com seu cliente. Assim mesmo, não se deve minimizar sua importância para os demais setores de atividade, pois parece crescer a importância do conceito de *cliente interno* nas relações intra-institucionais.

Assim, as instituições de educação profissional devem zelar para que esta competência, bem como as outras duas (expressão e comunicação verbais e trabalho em equipe) sejam desenvolvidas no âmbito de todos os programas que oferecem, também numa perspectiva instrumental, ou seja, aplicadas a situações concretas de trabalho. No caso particular das duas últimas competências citadas, seu desenvolvimento deve ser assegurado, ao longo de todo o tempo de duração dos programas, a partir de estratégias de ensino que estimulem e valorizem, enquanto métodos de aprendizagem, o uso da linguagem oral e do trabalho em grupo.

Outra variável investigada, ainda na área dos recursos humanos, diz respeito aos instrumentos empregados pelas empresas na seleção dos candidatos às vagas disponíveis. Constatou-se, tanto para a atividade industrial, quanto para a de prestação de serviços (no caso do pessoal ligado à atividade principal e dos não-ligados à atividade principal), a importância de alguns instrumentos de seleção em detrimento de outros, destacando-se os seguintes: a entrevista com o contratante, a análise do currículo, os testes de conhecimentos práticos e as recomendações/indicações.

A importância atribuída à entrevista aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissional incorporem a seus currículos atividades especificamente voltadas ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos adequados a essa situação, de forma a melhorar as condições de absorção dos egressos de seus cursos pelo mercado de trabalho, sobretudo dos jovens sem experiência profissional.

Com relação aos currículos, o empregador parece desejar apreender em que medida sua análise permite que se avalie a compatibilidade da experiência

profissional do candidato com o perfil do cargo que ele pretende ocupar. Esta exigência, que constitui uma barreira quase intransponível para os jovens sem experiência profissional, mesmo quando qualificados, obterem seu primeiro emprego, aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissional introduzam em seus currículos estratégias de ensino-aprendizagem que sejam percebidas pelos empresários como equivalentes a uma experiência profissional efetiva. Esta providência, além de aprimorar a formação prática dos alunos, adicionalmente contribui para melhorar a sua posição na disputa por uma vaga no mercado de trabalho.

Deve-se destacar ainda a precedência dos testes de conhecimentos práticos sobre os teóricos, nos dois setores analisados, tanto para o pessoal ligado à atividade principal, quanto para o pessoal administrativo. É importante assinalar que, contrariamente ao que se poderia supor, os testes práticos são privilegiados em relação aos teóricos, até mesmo para as categorias de qualificação ocupacional mais elevadas. Este fenômeno parece revelar que os empregadores, sem desprezar a dimensão teórica de determinado saber profissional, estão interessados em avaliar, em última instância, em que medida os conhecimentos teóricos são apropriados pelos candidatos numa perspectiva que privilegie a prática profissional.

A Paer investigou ainda a natureza das relações das empresas com as instituições de educação profissional. Dentre as várias modalidades de relacionamento sugeridas (recrutamento de egressos das escolas, contratação de serviços especializados das escolas, acolhimento de alunos em estágios, oferta de estágios nas empresas aos professores das escolas, participação dos professores das escolas em projetos das empresas, desenvolvimento de treinamento de funcionários das empresas nas escolas, participação das empresas na definição dos currículos das escolas, cessão de equipamentos e insumos para uso das escolas e prestação de auxílio financeiro às escolas), destacaram-se apenas aquelas consideradas tradicionais, ou seja, as empresas cedendo suas instalações como campo de estágio para os alunos das escolas e recrutando profissionais dentre os egressos dos cursos oferecidos pelas escolas profissionalizantes.

A baixa participação das demais modalidades de relacionamento entre as instituições de educação profissional e o setor produtivo parecem apontar para a necessidade de que as escolas profissionalizantes estreitem seus laços com as empresas, de maneira a incrementar os seus vínculos com elas e tornar seus esforços de qualificação profissional mais efetivos.

A Paer investigou também o perfil do pessoal ocupado, por gênero, na indústria e na prestação de serviços do Estado do Paraná. De uma forma geral, pode-se dizer que o pessoal ocupado assalariado nas unidades locais pesquisadas é majoritariamente do sexo masculino, embora no setor serviços a participação da mulher seja ligeiramente superior àquela que lhe cabe nas indústrias. Quando se examina o pessoal ocupado assalariado por gênero, dividindo-o entre os ligados à atividade principal e os não-ligados à atividade principal, para cada um dos dois setores econômicos examinados, constata-se a supremacia dos trabalhadores em detrimento das trabalhadoras, exceção feita ao pessoal não-ligado à atividade principal do setor serviços, onde a quantidade de mulheres é ligeiramente maior do que a de homens. Dentre as várias atividades estudadas, as únicas que contam com a maioria de trabalhadoras em seus quadros são vestuário (indústria) e alojamento e alimentação e saúde (serviços).

Quanto à agropecuária paranaense e sua relação com a demanda de mão-de-obra técnica, além do desenvolvimento de atividades não-agrícolas no meio rural, podem ser retomadas as seguintes considerações:

- a história recente do meio rural paranaense está marcada pelo êxodo rural, resultado do processo de modernização da agropecuária, que implicou na concentração da propriedade, na mecanização de diversas etapas do processo de produção, em danos ao meio ambiente e na substituição de culturas tradicionais empregadoras de mão-de-obra, tais como o café, que sofreu forte redução de área plantada principalmente após a geada de 1975;
- para se contrapor ao êxodo rural, os governos estaduais do Paraná promoveram diversos programas visando principalmente aumentar a eficiência dos pequenos e médios produtores rurais. Combinado com o

esforço exportador dos anos 80 e com preços elevados das principais *commodities*, programas, como eletrificação rural e vilas rurais, foram desenvolvidos junto com os de combate à erosão, plantio direto na soja e trigo, patrulhas agrícolas e desenvolvimento da tração animal para pequenos produtores, promoção de novas atividades (produção canavieira, a citricultura e a piscicultura);

- nos anos 90, a queda dos preços das principais *commodities* (soja e milho), aliada à abertura comercial, que significou importação de produtos como trigo e algodão, levaram ao empobrecimento dos pequenos e médios produtores, fazendo com que aquelas iniciativas apontadas anteriormente não produzissem os efeitos esperados no meio rural;
- desenvolvimento rural foi tratado como desenvolvimento estritamente agropecuário, objetivando tornar o produtor tecnicamente mais eficiente nas atividades eminentemente agrícolas e pecuárias, não considerando o conjunto das atividades desenvolvidas ou com potencial de desenvolvimento no meio rural, principalmente as atividades não-agrícolas. Junto deste viés agropecuário e produtivista dos programas estaduais, a continuidade do êxodo rural fragilizou o papel dos municípios no desenvolvimento local, debilitando as possibilidades de um desenvolvimento rural equilibrado;
- com a baixa rentabilidade das atividades agropecuárias convencionais, os produtores paranaenses estão reconvertendo tecnologicamente culturas tradicionais, como o café adensado, e desenvolvendo grande variedade de novas atividades agrícolas (citricultura, cana-de-açúcar, sericicultura, piscicultura) e não-agrícolas (pesque-pagues, turismo rural e ecológico). Essas, no entanto, não contam ainda com uma dinâmica econômica autônoma em relação às atividades convencionais e também não têm políticas públicas dirigidas ao seu fortalecimento, devido ao seu caráter disperso, de pequena escala e de alto conteúdo tecnológico e empresarial, dependendo, para o seu sucesso, de recursos do próprio produtor;
- no tocante às ocupações não-agrícolas da PEA rural, os dados mostraram que mais de 1/5 do total das pessoas ocupou-se em atividades não-

agrícolas, em 1998. Esse crescimento da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas tornou-se muito importante à medida que houve queda da PEA rural envolvida em atividades agrícolas. A continuidade do processo de modernização tecnológica na agricultura, bem como a crise vivida por importantes culturas (algodão, café e trigo) em função da queda dos preços e da abertura comercial indiscriminada do início dos anos 90, eliminaram postos de trabalho no campo. Os principais ramos de atividades não-agrícolas que envolvem essa população rural são os de prestação de serviços, indústria da transformação, serviços sociais, comércio de mercadorias e indústria da construção. No que diz respeito aos setores de atividades sobressaem os de emprego doméstico, construção, estabelecimentos de ensino público, indústria de madeiras e indústria de alimentos. Com relação às principais ocupações rurais não-agrícolas destacam-se os serviços domésticos, pedreiros, motoristas e serviços conta-própria. Em geral, são ocupações que não requerem muitos anos de escolarização e exigem pouca especialização profissional;

- apesar do crescimento das atividades não-agrícolas, o peso das atividades agrícolas é ainda muito grande. Por isso, seria um equívoco descartar as possibilidades da agricultura como uma alavanca das ocupações não-agrícolas, pois existem claras evidências das chamadas “novas atividades agrícolas” (piscicultura de caráter comercial, agricultura orgânica, produção de flores, programas que visam a criação de animais silvestres em áreas de preservação ambiental, reservas particulares do patrimônio natural, etc) e da indústria de transformação (em especial das agroindústrias) na geração de ocupações não-agrícolas. No emprego agrícola, a principal cultura empregadora é o milho que, em 1999, demandou 23% do total de equivalentes-homens-ano (EHA) e ocupou 32% da área total cultivada com as principais culturas. Além do milho, outras culturas classificadas como grãos e oleaginosas têm importância na agricultura do Paraná, principalmente em termos de área cultivada (soja, feijão e trigo). Juntas, essas quatro culturas responderam por cerca de 85% da área total cultivada com as principais atividades, embora tenham demandado 47% da mão-de-obra agrícola. Das demais culturas, merecem destaque a batata, o

café, a cana-de-açúcar, o fumo e a mandioca. Pelo fato de não serem atividades totalmente mecanizadas, ainda demandam muita mão-de-obra para as operações de tratos culturais e colheita, principalmente. Na atividade pecuária o principal destaque é a bovinocultura de leite, que demandou 56% da mão-de-obra em 1999. Esta atividade, apesar da forte concorrência com os produtos argentino e uruguaio, desde a implantação do Mercosul, ainda tem muito peso, devido ao fornecimento de matéria-prima para a indústria de alimentos (produção de derivados do leite) e ao fato de propiciar uma renda mensal garantida para os agricultores;

- quanto à demanda de mão-de-obra técnica de nível médio, apesar de crescimento nas ocupações do setor serviços ligados à agropecuária, as perspectivas tecnológicas nas culturas convencionais indicam a baixa utilização de mão-de-obra técnica, além da preferência por técnicos de nível superior. As novas atividades também não oferecem maiores possibilidades devido à inexistência de centros de formação que atendam suas exigências específicas de assistência técnica.